

Economia Soviética: Introdução à História da Crise

Victor Meyer¹

Introdução

Em maio de 1918, Lênin fez um interessante comentário sobre o nome escolhido para a futura URSS: a expressão "República Socialista" indicaria a intenção do poder soviético em realizar a transição para o socialismo, e não o reconhecimento das novas disposições econômicas como já socialistas. A distinção é importante e a rigor deve ser estendida às 7 décadas de existência da URSS. Por trás do nome, do mero rótulo, a sociedade soviética erigiu-se sobre um conflito fundamental: a luta entre formas econômicas diretamente originadas do projeto socialista, que poderíamos chamar de formas socialistas primitivas, e as formas econômicas capitalistas. A luta entre essas formas contraditórias, num mesmo tempo e lugar, interpenetrando-se numa formação social aparentemente ambígua, viveu alternância e diferentes correlações desde a revolução em outubro.

Nos idos do Comunismo de Guerra as forças do mercado foram jogadas por terra pela primeira vez na história. Os fatos posteriores iriam mostrar, no entanto, que aquela primeira tentativa ainda não podia representar um xeque-mate sobre a lei do valor. A NEP logo mais adviria como uma primeira reviravolta, restaurando a lei do valor e relegando a planificação ao pano de fundo da cena.

Novas viragens ocorreriam posteriormente, mas o ano de 1991 mostraria de que modo essa luta se concluiu. A vitória das forças capitalistas tem, desde então, forçado a uma maior sistematização de uma discussão que, sob ângulos diversos, remonta aos primeiros tempos da existência da URSS.

Neste trabalho pretendemos nos centrar na discussão do fenômeno econômico. Por que a planificação sucumbiu frente à anarquia do mercado? Evidente que a resposta não poderia ser puramente econômica, mas nem por isso a pergunta deixa de fazer sentido... Para respondê-la, a discussão pode ser conduzida por mais de um caminho. Preferimos aqui seguir um caminho histórico: discutir a gênese das contradições do sistema em sua fase formativa e inicial. No entanto, temos que partir do presente. Afinal, é o presente quem coloca o problema, quem propõe as variáveis e quem indica pistas. Assim compreendida, essa trajetória do presente para o passado vai permitir uma compreensão mais clara do desfecho presenciado em dias recentes.

A crise como ponto de partida

A crise da economia soviética, nos últimos anos de 1980, aparece sob a forma de escassez de bens de consumo, hipertrofia do setor de bens de produção e gastos improdutivo, de uma generalização da forma mercadoria em todas as áreas da economia. O mercado monetário reflete esses desequilíbrios, revelando um crescimento dos ativos monetários depositados na Caixa Econômica da União Soviética ou simplesmente guardados individualmente, dando uma medida da demanda não atendida por bens de consumo. A contrapartida social desse quadro aparece num baixo padrão de vida dos trabalhadores.

Mas a sociedade que entra em crise é uma sociedade de transição, uma resultante de forças internas antagônicas. As evidências quanto à presença simultânea dessas forças opostas precisam ser caracterizadas, mesmo que sumariamente.

Tomando-se a década de 80 como referência de atualidade, pode-se observar que o capitalismo está presente diretamente através da produção privada dos camponeses e do seu respectivo mercado, responsável pela produção de 20% dos alimentos (MANDEL, 1989: 111)

¹ Economista, mestrando em economia na Universidade Federal da Bahia. Sua dissertação de mestrado versa sobre a história da economia soviética.

ou de 25% da produção agrícola total (NOVE, 1989:142). Está presente também na economia subterrânea, cuja importância aliás é crescente. Lenina Pomeranz (1990: 26) cita, de autores soviéticos, que, em 1984, 15% da força de trabalho da URSS está empregada na segunda economia. As relações capitalistas estão presentes, ainda, no comércio exterior. As importações originárias dos países capitalistas, conquanto de pouca expressão em sua relação com o produto interno bruto, abrangem produtos estratégicos de grande impacto na economia em seu conjunto: matérias-primas, combustíveis, maquinaria, equipamentos, produtos metálicos (AGANBEGYAN, 1990: 219). Essas importações introduzem relações capitalistas e dão uma medida do grau de dependência entre a planificação soviética e o mercado mundial. Por outro lado, as exportações, com uma pauta muito marcada pela presença das matérias-primas, representam um outro elo de vinculação com o mercado mundial capitalista, de cujos preços e de cujas oscilações na demanda, a economia soviética, em seu conjunto, mostra-se relativamente dependente.

As relações mercantis estão presentes, também, nas trocas realizadas entre o setor estatal e as cooperativas, ou entre o setor estatal e os assalariados, neste último caso demonstrando a sobrevivência do mercado de trabalho. Deve-se ressaltar, a propósito, que nos anos situados na confluência da *Perestroika* ocorre uma restauração das características clássicas do mercado de trabalho, antes parcialmente mascaradas. Pois o pleno emprego e garantia legal de trabalho para todos já sofre influência de um exército de reserva oculto na forma do trabalho negro (MANDEL, 1989: 114). O mercado de trabalho é inseparável, por sua vez, do mercado monetário. A soma de dinheiro entesourada individualmente corresponde a demandas reprimidas pelo sistema - e em geral se dirigem para os mercados livres e/ou subterrâneos. Prosseguindo, as relações mercantis estão presentes, ainda, nas trocas entre as cooperativas e os assalariados. Finalmente, a presença das relações capitalistas pode ser notada na estrutura dos preços, já que aos preços oficiais se combinam preços de mercado, praticados tanto pelas cooperativas como no mercado dos camponeses, ou ainda no mercado negro, sem esquecer, naturalmente, as trocas internacionais. Essas últimas, apesar de centralizadas pelo Estado, seguem os preços do mercado mundial capitalista.

Mescladas a essas relações, porém dominando-as, no período em foco, estão as formas vinculadas ao projeto socialista. Entre essas se incluem a produção e a circulação dos meios de produção, que são produzidos e alocados em função de decisões diretas do plano central e sem interferência do mercado.

Além disso, a distribuição dos recursos sociais entre os diversos ramos da produção já não resulta da regulação operada pela lei do valor. É uma distribuição decidida *ante-factum*, numa interferência direta do Estado sobre os mecanismos capitalistas de regulação. Da mesma forma, os preços oficiais fixados e a garantia de emprego, desconsiderada a sua progressiva decadência ao longo dos anos, reforçam um contexto de mecanismos econômicos que passam por cima da lei do valor.

Dada, porém, a sua natureza bastante peculiar, as formas socialistas acima devem ser qualificadas mais detalhadamente. A peculiaridade está no fato de que o centro decisório que distribui os recursos sociais entre os ramos da produção e entre as empresas, não é constituído pelos produtores associados, como caberia no socialismo em geral. O centro decisório está numa entidade situada acima da sociedade, aparentemente autonomizada, o Estado. Unilateralmente sustentado por um centro planificador de natureza tutelar, este tipo de socialismo nos leva a tomarmos provisoriamente aqui, para posterior aprofundamento, o conceito de socialismo de Estado, mencionado de passagem em textos do dirigente soviético Yuri Larin, nos tempos da NEP (citado por Carr), de Thalheimer (liderança da oposição comunista alemã ao stalinismo) e de Rudolf Bahro.

Ora, a natureza tutelar da planificação obriga a que o seu predomínio sobre a lei do valor se faça segundo formas *sui generis*. O predomínio da planificação se impõe através de emprego da violência política, daí resultando uma forma de economia com bases vulneráveis. Embora concordemos com Mandel em sua afirmação de que na sociedade soviética de meados dos anos 80 a lei do valor influi mas não domina, julgamos necessário acrescentar a ressalva de que a lei do valor ainda não foi substituída por um mecanismo de regulação especificamente socialista mas sim por um conjunto de regulamentos incapazes de uma consolidação, a não ser que constantemente amparados na coerção. Convém completar: amparados numa

coerção de natureza tutelar.

Tomando por base a coexistência, num mesmo tempo e lugar, de formas socialistas e formas capitalistas, e a partir daí fazendo uma incursão no passado, veremos que os termos de convivência entre essas duas dinâmicas se alteram na trajetória da URSS. Na atualidade acima descrita (período imediatamente anterior à *Perestroika*), as formas pós-capitalistas dominam a lei do valor, que portanto opera de forma subordinada. Mas, durante a NEP, nos anos 20, a referida relação aparecia com pesos invertidos, com a lei do valor dominando nitidamente o conjunto da economia soviética. Se recuarmos ainda mais, chega-remos ao Comunismo de Guerra, onde a lei do valor parece momentaneamente contrariada em decorrência de uma série de atos de força do Estado. Essas diversas alternâncias de diferentes formas de coexistência entre os mecanismos de mercado e a planificação tornam aconselhável uma discussão sobre a trajetória econômica da URSS desde a sua constituição como Estado.

A primeira tentativa de subordinar a lei do valor

Começamos pelo Comunismo de Guerra. Sintetizado no recurso a requisições forçadas de excedentes camponeses, para abastecer o Exército Vermelho e os operários urbanos, o Comunismo de Guerra representou, em primeiro lugar, uma ruptura com as práticas do comércio. As necessidades impostas pela guerra civil e pelo caos instalado no país provocaram rapidamente uma extensão da intervenção estatal a todas as esferas da economia. O programa do Partido Comunista, em março de 1919, consagrou o objetivo de continuar a substituir o comércio por um sistema planejado de distribuição de bens, organizado em escala nacional (CARR, 1979: 261). Meta que efetivamente se realizava na prática através da estatização das cooperativas de consumo, da repressão ao comércio privado, da fixação dos preços, da mobilização individual da população (portanto extinguindo as práticas capitalistas de contratação e demissão), do pagamento do salário em espécie e de outros expedientes da mesma natureza. Com a desvalorização do rublo, chegou-se inclusive à virtual extinção da moeda, fenômeno que em seu nascedouro é visto como um indesejado fato consumado, mas que é em seguida assumido por alguns ideólogos do Partido como um passo à frente na construção do Socialismo. Esboçou-se, também, a planificação centralizada, onde o plano procurava determinar a parte dos bens disponíveis destinada às exportações, a parte que deveria ficar em reserva e a parte que serviria, respectivamente, para o consumo industrial e pessoal.

Os diversos decretos que, durante a guerra civil, implantaram o Comunismo de Guerra, eram desobedecidos a princípio marginalmente e depois de forma generalizada. O comércio privado se manteve de forma subterrânea, criando uma terminologia específica para caracterizá-lo: aparecimento dos "sacoleiros" que, à maneira dos bufarinheiros da idade média, faziam um comércio ambulante (ilegal durante o Comunismo de Guerra). Segundo Carr, mais da metade do consumo alimentar da população urbana, durante o Comunismo de Guerra, foi atendida através do comércio ilícito. Os preços paralelos chegavam a 40 ou 50 vezes mais que os preços fixados pelo governo; com isto os armazéns do governo progressivamente se esvaziaram. Imposto pela guerra civil, o Comunismo de Guerra - segundo Lênin uma emergência de natureza militar - não dispunha de um lastro material para manter-se por mais tempo: nem o nível da produção material nem o estágio da auto-organização dos trabalhadores permitiam o prosseguimento daquelas normas.

Acerca do último aspecto da questão, a organização direta dos trabalhadores, cabe lembrar que as iniciativas de controle operário da produção, levadas à prática logo após a Revolução de Outubro, haviam fracassado em decorrência da inexperiência de uma classe operária recém-saída do czarismo.

A quebra da organização direta dos trabalhadores é sinalizada pela crescente inoperância dos soviets. A guerra civil e a crise industrial levariam o processo a seus limites, com os soviets reduzidos à condição de uma mera forma orgânica que já então, nos primeiros anos depois da revolução, apenas reina, mas não governa. O fenômeno já é visível em 1918, quando o poder já aparece concentrado no Conselho dos Comissários do Povo (Sovnarkon). A influência dos soviets refluí não apenas em consequência da crise econômica, política e

militar daqueles anos, mas também como resultado da fraca experiência de um proletariado recém-saído do absolutismo czarista.

Embora o comunismo de guerra tenha-se mostrado capaz de assegurar a sobrevivência do Estado Soviético durante a guerra civil, o seu saldo final foi o agravamento do caos econômico. Seus mecanismos de controle da economia rapidamente perderam a eficácia e começaram a ser tragados pela recuperação generalizada de formas capitalistas mais ou menos subterrâneas. As sublevações camponesas e o levante da Kronstadt, no começo de 1921, selaram o seu fim e deram origem à NEP.

Podemos considerar que o Comunismo de Guerra esbarrou-se em dois limites: no fraco desenvolvimento econômico, em particular no fraco desenvolvimento industrial do país; e na fragilidade da auto-organização operária, que se mostrou imediatamente incapaz de assumir, até mesmo no âmbito das empresas, o controle da produção (fato agravado pelo começo da diáspora que em breve terá levado quase toda a geração de operários que viveram a revolução ao abandono das fábricas).

A restauração do domínio da lei do valor

O colapso do comunismo de guerra dá lugar à NEP. Instituída em começos de 1921, a NEP repõe a preponderância da lei do valor, enquanto a planificação recua para áreas bastante restritas (a eletrificação, os transportes, a indústria de bens de produção). Com a NEP, o Estado Soviético busca a recuperação e a expansão da capacidade produtiva da economia. São plenamente legalizados a pequena produção camponesa, o comércio privado, o controle das grandes empresas pelos capitalistas, a formação de trustes e cartéis. Ressurge também plenamente o mercado de trabalho, com as contratações e demissões ocorrendo ao lado de um crescente exército de reserva. Cresce o desemprego, institui-se o seguro desemprego. Caem os salários em todos os ramos da indústria. Um plano de saneamento financeiro é estabelecido com a recuperação do rublo (passando pelo *chervonets*), com a instituição da moeda lastreada em ouro, com a restauração do banco do Estado e com o combate ao déficit público, no melhor estilo da ortodoxia econômica então ensinada em Londres. Segundo Carr (1977),

Nenhum dos países que então recebiam os conselhos dos especialistas ingleses ou dos da Sociedade das Nações sobre a melhor maneira de manter estável a moeda aplicou com maior meticulosidade os preceitos do dia quanto à cobertura ouro, o orçamento equilibrado, uma prudente política de créditos e as relações corretas entre o Tesouro e o Banco Central. Nesta pronta aceitação dos modelos ocidentais influi a presença no Gosbank do ex-ministro cadete Kutler e de outros especialistas educados nas tradições ortodoxas das finanças internacionais do século XIX.

Este domínio da lei do valor sobre a planificação tem a sua expressão social e política: o camponês emerge como principal beneficiário da NEP. A perda de posição dos preços agrícolas frente aos preços industriais, por volta de 1922/23, que entrou na literatura econômica soviética como "a crise das tesouras", pareceria desautorizar essa constatação. Não passou, porém, do resultado das pressões dos cartéis industriais sobre os preços, logo corrigido pelo Estado. A classe operária, no entanto, vive todo o período pagando o ônus da reconstrução econômica.

Mas, à medida que a economia se recuperava, afloravam os conflitos subjacentes à nova sociedade. A produção agrícola já se aproximava, em 1925, da meta tão enfaticamente perseguida ao longo da NEP - a recuperação dos níveis da produção econômica de 1913/14. No entanto, nesse mesmo processo desenvolvia-se rapidamente a diferenciação entre os camponeses ricos (*kulaks*) e os peões agrícolas (*batraks*). Parecia repetir-se a "via Stolipin", que em plena era dos czares havia estimulado a desagregação da velha comuna camponesa, o *Mir*. Em 1925, quando o governo comemorava a safra favorável, equivalente a 80% da safra de 1913, e já discutia previamente as medidas contra uma esperada queda dos preços dos produtos agrícolas, o país sofreu o impacto de um inesperado movimento altista dos referidos preços. Os camponeses simplesmente estocavam produtos, voltavam a

exercitar as práticas especulativas consagradas pela tradição. Ou seja: ao mesmo tempo em que chegava ao auge, a NEP revelava o "nó górdio" que sinalizava os seus limites. A coexistência entre duas leis, a do valor e a da planificação, revelava-se uma coexistência instável, uma luta entre forças antagônicas colocadas em rota de colisão.

Simultaneamente à expansão agrícola, a indústria também crescia. Mas crescia com o aproveitamento da capacidade instalada antes da revolução e da guerra, o que colocava em pauta o problema do seu crescimento posterior - o problema da fonte de recursos para a ampliação da capacidade produtiva. Durante a fase mais dinâmica da NEP, sustentou-se oficialmente uma estratégia de ampliação das exportações como fonte de financiamento para a importação de meios de produção necessários à industrialização. Efetivamente, houve um crescimento considerável das exportações ao longo daqueles anos, mas nem de longe se aproximaram dos níveis do pré-guerra.

Em começos de 1926, o Comissariado do Povo para Finanças traça um orçamento público no qual o desenvolvimento da indústria pesada já aparece basicamente sustentado numa taxa dos camponeses. A política de apaziguamento dos camponeses, que foi a NEP, começa a sofrer estremecimentos. Não que o governo decidisse mudar de rumo por estar comprometido com alguma doutrina que o orientasse nesse sentido (os doutrinários estavam na oposição), mas porque o rumo dos acontecimentos colocava fatos consumados, deixando que esse caminho fosse despontando e pragmaticamente assimilado como a única saída.

O tratamento dado ao mercado monetário, nesse período, condensa com grande "riqueza de determinações" os dilemas criados pela NEP. Durante os anos de apogeu da política de apoio aos *kulaks*, a cúpula do Estado defendeu uma política creditícia e monetária ortodoxa, conforme já foi mencionado mais acima. No entanto, a alta dos preços a partir de 1925 impôs emissões sucessivas. Quase que repentinamente, o discurso ortodoxo (no estilo da economia política inglesa), que continuava sendo pronunciado pelas próprias autoridades, parecia defasado frente aos fatos. As emissões continuaram sistematicamente e, em julho de 1926, ficou proibida a exportação de moeda soviética (os *chervontsy*). Qualquer *chervonets* que aparecesse no exterior seria considerado contrabando. Com um mesmo golpe, abandonava-se o padrão ouro (até há pouco uma questão de honra) e a vinculação entre a moeda soviética e o sistema monetário internacional.

A sociedade soviética vai se acercando do final da década de vinte vivendo uma situação muito peculiar: conquanto as lideranças da política em vigor continuassem falando a linguagem da NEP, a vida prática vai caminhando em outro sentido. A decantada harmonia entre operários e camponeses vai dando lugar à crescente hostilidade do *kulak* frente ao Estado soviético. Enquanto o Estado já não vacila em retirar dos camponeses em geral e dos *kulaks* em particular os recursos para financiar uma industrialização que se passa a considerar (desde 25/26) uma prioridade máxima. O Estado soviético cada vez mais se volta para dentro. Neste movimento, a classe operária não é poupada. Cresce a produtividade do trabalho na indústria mas o salário se mantém estável, ou cai. O descontentamento da classe operária se confronta com a hostilidade dos seus próprios sindicatos, que se tornam crescentemente comprometidos com o organismo econômico do Estado, por sua vez subordinado ao Partido Comunista. O caráter tutelar do poder político se aprofunda e vai assumindo uma aparência de "poder autonomizado".

Um socialismo tutelar e intramuros

Assim se chega às vésperas da coletivização. O socialismo que vai ser construído a partir daí terá importantes traços de nascença absolutamente impensáveis a partir dos referenciais teóricos do socialismo clássico: se tentará construir um socialismo "intramuros", enquanto o projetado cenário da revolução internacional cedia lugar à realidade da fascistização do mundo a partir da Europa. Ao mesmo tempo, o esvaziamento dos soviets indica que o socialismo será, além de "intramuros", um socialismo tutelar.

Os pontos de partida para a nova intervenção sobre a lei do valor, no que diz respeito ao nível do desenvolvimento das forças produtivas, ainda são os velhos marcos que já haviam sido atingidos pela velha ordem social pré-revolucionária, em 1913/14, novamente alcançados

nos últimos anos vinte. A economia soviética de 1929/30 ainda é uma economia simples, há pouco saída do czarismo.

Longe de abundância, longe até mesmo dos níveis de produção já alcançados pelo capitalismo desenvolvido, a URSS vai iniciar, em 1930, uma economia de consumo racionado, onde a lei do valor e as relações mercantis em geral serão contidas pela via administrativa, através da reedição ininterrupta de expedientes extra-econômicos (durante a década de 30 e 40, simplesmente através do terror). Exatamente por conta de sua precariedade, essa intervenção sobre as leis do capitalismo não podia ser absoluta, apesar das aparências. As leis do mercado continuam presentes, por exemplo, na preservação dos salários em moeda, na manutenção legal do mercado dos camponeses, no comércio exterior, onde são praticados os preços do mercado mundial capitalista (fenômeno no qual Ernest Mandel vê um limite objetivo para o "socialismo num só país"), e, cada vez mais fortemente, num movimentado mercado negro.

Por outro lado, longe da auto-organização dos trabalhadores, a planificação a ser iniciada em 1929/30 será ditada de forma tutelar, através da burocracia. Os soviets não se recuperaram do esvaziamento sofrido nos momentos posteriores à revolução de outubro. A campanha de "revitalização dos soviets", levada a cabo em meados dos anos vinte, não conseguiu recuperar a representatividade dos organismos criados pela revolução. Mesmo a ampliação do número de votantes nas respectivas eleições, ou o alastramento daquelas organizações pelas aldeias de toda a URSS, nada disso conseguiu repor o seu caráter originário. Os soviets "revitalizados" chegam aos últimos anos vinte como meros canais de execução passiva dos decretos saídos dos organismos centrais do Estado, dirigidos pelo Partido Comunista.

Esse fenômeno merece ser analisado mais detalhadamente. A permanência do controle da planificação nas mãos da burocracia implica em consequências de importância crucial quanto à funcionalidade econômica. Primeiro, cabe constatar que o planejador-tutor elabora sobre uma margem de erros que obviamente cresce à medida que a sociedade se desenvolve. Tatiana Zaslavs-kaia rememora o fato de que o próprio Stálin, pessoalmente, corrigia com um lápis vermelho os relatórios que serviram de base aos planos. Não seria preciso lembrar o episódio para ilustrar os limites desse tipo de planificação. O planejador-tutor necessariamente substitui um dado número de trabalhadores diretos (do contrário não seria tutor). Ele elabora, portanto, a partir de um posto distante de cada lugar de trabalho vivo. Os dados assim obtidos contêm, relativamente, uma pequena riqueza de determinações, consequentemente uma alta margem de erro.

As implicações desse tipo de planificação são amplas e profundas. Pois em qualquer tipo de economia, deve haver um mecanismo eficaz para regular a alocação dos recursos materiais entre ramos e empresas. No capitalismo, a ordem é uma resultante que abre caminho em meio à desordem do mercado, como observou Marx. A lei do valor sentencia que empresas e ramos irão crescer, e com qual magnitude. No socialismo antevisto pelos clássicos, os próprios produtores associados decidem como deve ser a distribuição dos recursos. As necessidades sociais, neste caso, são decididas com conhecimento de causa, pois é a própria sociedade quem reelabora continuamente, *a priori*, quais são as suas necessidades. Do ponto de vista lógico, um sistema deste tipo não deve apresentar disfunções, desde que a vontade da sociedade encontre canais de expressão para se cristalizar numa planificação correspondente. Mas, na experiência soviética, são os pequenos comitês, é a cúpula burocrática reunida secretamente, quem define *a priori* quais são essas necessidades. No máximo se consegue uma aproximação, uma suposição sobre as necessidades da sociedade. Tendencialmente, deve-se esperar que a alocação objetivamente arbitrária dos recursos sociais seja "corrigida" pela sociedade. A "correção" vai ser feita, como efetivamente se pode observar na trajetória da economia soviética, através das formas tradicionais, isto é, através do mercado e da lei do valor, não obstante a sua ilegalidade. Mandel se refere ao fenômeno como uma "disfunção da planificação".

A esta altura, podemos tentar adiantar algumas conclusões do que foi exposto até aqui: a via de construção do socialismo, adotada a partir de 29/30, baseia-se especialmente na utilização de meios extra-econômicos, o que sugere vários paralelos com a experiência do Comunismo de Guerra. Consumado o isolamento da URSS, o "socialismo num só país" vai

encontrar a saída para o financiamento da industrialização na expropriação dos camponeses (fenômeno que não se limita ao ato da coletivização forçada, mas abrange a continuada expropriação dos excedentes agrícolas) e na sustentação, igualmente forçada, de um baixo nível salarial entre os operários. Por outro lado, o caráter tutelar do governo, dado o esvaziamento da representatividade dos soviets, instituiu o arbítrio da cúpula do Estado como critério da política econômica em geral e da distribuição dos recursos materiais em particular; a burocracia passa a agir, no plano econômico, como *Deus ex machina*, sujeita apenas a uma restrição imposta pelo mercado, que sobrevive e que cerca a URSS internamente. A cúpula reinante é forçada a levar em conta as restrições que a atingem, restrições que afloram nos preços do mercado livre, nos preços do mercado mundial, nas filas dos postos de abastecimento. A cúpula é obrigada a administrar seus próprios limites, mas dentro deles consegue espaços para fazer do voluntarismo a lei econômica dominante.

A economia socialista soviética desenvolve-se, portanto, sustentada em meios extra-econômicos. A violência se transforma, nesse quadro, numa "potência econômica", estabelecendo uma curiosa analogia com a acumulação capitalista primitiva. Preobrazhensky previu o fenômeno, mas não exatamente como se desenvolveria na realidade das sete décadas de história soviética. A dominação da violência é resultante não apenas do "socialismo num só país", ou seja, do isolamento do sistema no interior do capitalismo mundial, mas é também e especialmente resultante do seu caráter tutelar: pois o colapso da democracia direta dos produtores associados privou o sistema do mecanismo de regulação econômica especificamente socialista, deixando-o à mercê de forças aleatórias, as eternas "tentativas e erros" da burocracia.

O isolamento da revolução russa e seu confinamento a um conjunto de países atrasados (lembrando que a Rússia não era um país mas um conjunto de países) associado ao caráter tutelar do Estado (dado o alijamento dos trabalhadores do poder efetivo) são condicionantes que ditam os limites da experiência do socialismo soviético. Na luta entre a lei da planificação e a lei do valor, a primeira se fez penetrar por uma debilidade trazida da sua infância (o esvaziamento da democracia direta dos trabalhadores), enquanto a segunda, ou seja, a lei do valor, mantinha bases plantadas no interior da sociedade soviética e, sobretudo, contava com o reforço avassalador do resto do mundo.

Lembrando que as forças em luta são ambas expansivas (a lei do valor e a planificação socialista), importa colocar em destaque o fato de que as debilidades da planificação contracenaram, sobretudo no prolongado pós-guerra, com o avanço mundial do processo de concentração do capital. A URSS precisou aumentar, com isso, os gastos militares, redutores do fundo de acumulação socialista.

No limite, ou seja, ao aproximar-se o auge da crise, as trocas mercantis aparecem generalizadas, penetrando as transações internas e externas. A lei do valor termina, assim, por prevalecer, destruindo por asfixia uma planificação que decaí até tornar-se apenas aparente. Para fugir ao desabastecimento, a *Perestroika* reforça os mecanismos capitalistas em todos os níveis e abre a URSS ao fluxo internacional de mercadoria e de capital. Ao tentar fugir dos estrangulamentos, a sociedade soviética na realidade caminha para a rendição. Nesse momento crítico, no limiar da derrocada, se poderiam repetir as palavras que iniciam *O Capital* e com as quais Marx caracterizou a aparência do capitalismo: a riqueza da URSS já então aparecia "...como uma imensa coleção de mercadorias...".

Referências Bibliográficas

AGANBEGYAN, Abel. *Revolução na economia soviética: a Perestroika*. Lisboa: Europa-América, 1988.

_____. *Movendo a montanha*. São Paulo: Best Seller, 1990.

BAHRO, Rudolf. *A alternativa para uma crítica do socialismo real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARR, E.H. *História da Rússia Soviética: a ordem econômica*. Porto: Edições Afrontamento, 1979.

- _____. *Historia de la Rusia Soviética; el interregno*. Madrid: Alianza Editorial, 1977.
- DEUTSCHER, I. *Trotsky, o profeta banido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Trotsky, o profeta armado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. *Trotsky, o profeta desarmado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- LENIN, V.I. *Las tareas inmediatas del poder soviético*. Obras escojidas en dos tomos. Moscú: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1948.
- MANDEL, Ernest. *Além da Perestroika*. São Paulo: Busca Vida, 1989.
- _____. Las categorias mercantiles en el período de transición. In: _____ *La economia socialista; debate*. Barcelona: Editorial Nueva Tierra, 1968.
- NOVE, Alec. *A economia do socialismo possível*. São Paulo: Ática, 1989.
- POMERANZ, Lenina (org) *A Perestroika*. São Paulo: EDUSP, 1990.
- PREOBRAZHENSKY, E. *A nova economia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SACHS, Erico. *Qual a herança da Revolução Russa e outros escritos*. Belo Horizonte: Segrac, 1988.
- THALHEIMER, A. El problema del Programa. Discurso no V Congresso da I.C. *Cuadernos Pasado y Presente*, n.55, Córdoba, 1975.

(Artigo publicado in "Historia à Deriva – Um balanço de fim de século", organizado por Jorge Nóvoa. Editado pela Universidade Federal da Bahia, em 1993. Pags. 84 a 93).